



TUDO UM MUNDO



**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**  
**3º TRIMESTRE 2021**

Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2021 .....	3
PMP e Arrears .....	3
Endividamento .....	4
Execução Orçamental da Receita .....	5
Execução Orçamental da Despesa .....	8
Equilíbrio Orçamental .....	10
Alterações Orçamentais .....	11
Análise das rubricas de Gastos e Perdas .....	12
Análise das rubricas de Rendimentos .....	16
Análise das rubricas de Investimento .....	17
Indicadores Financeiros .....	18

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3º TRIMESTRE 2021

### Instrumentos previsionais de gestão 2021

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se a uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2021, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2020, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

O orçamento do Município para o exercício de 2021, apresenta uma dotação corrigida no montante de 258.224,4 milhares de euros (m€), composto por 140.325,9 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 134.392,5 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 98.654,4 m€ e as despesas a 123.831,8 m€.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2020, um orçamento corrigido de 226.436,4 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 137.048,2 m€ e 131.781,3 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 61.047,4 m€ e despesas de 94.655,1 m€.

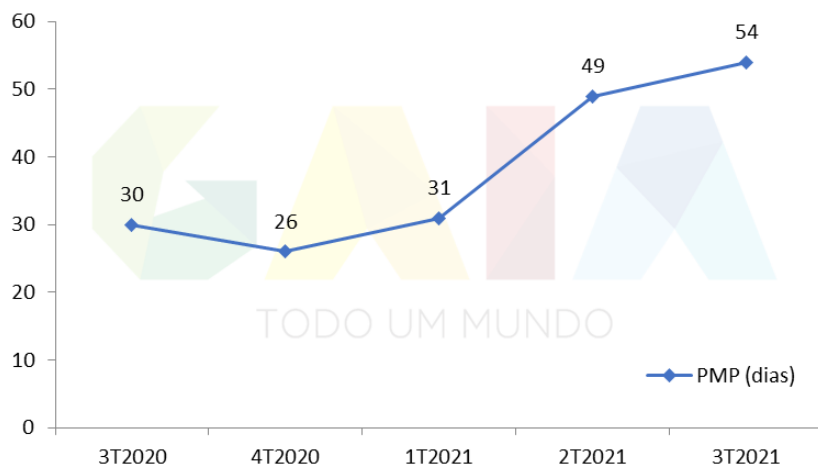
### PMP e Arrears

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2020 sem qualquer pagamento em atraso, mantendo esse registo na primeira metade do ano de 2021.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

## Prazo Médio de Pagamento



A atual situação epidemiológica originou um aumento das despesas correntes, com a consequente pressão sobre a Tesouraria. O PMP apurado em 30/09/2021 é de 54 dias. Embora o PMP a Fornecedores, neste 3º trimestre, se tenha dilatado, o Município continua sem registar qualquer pagamento em atraso.

## Endividamento

O endividamento municipal, considerando o enquadramento legal existente, reportado a 30/09/2020, ascende a 94.366,9 m€. Nesse montante, destacam-se os empréstimos de médio e longo prazo, no montante de 78.526,5 m€, assim como 6.623,0 m€ relativos a fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (médio e longo prazo), sendo adstrito à dívida de curto prazo um valor de 9.217,32 m€.

Denote-se que, do endividamento total anteriormente mencionado, 32.549,6 m€ estão excluídos do limite de endividamento, representando assim, um percentual de 34,49 %.

Quanto ao período em análise (30/09/2021), o endividamento municipal ascende a 93.092,4 m€, dos quais 67.460,5 m€ são referentes a empréstimos (de mlp) junto da Banca comercial, INH e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, e 6.219,2 m€ referente a fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (de médio e longo prazo), sendo 19.412,6 m€ imputados á dívida de curto prazo.

O aumento da Dívida de Curto Prazo de 2021, face ao período homólogo de 2020, no montante de 10.195,2 m€, deveu-se essencialmente á dívida a fornecedores, no âmbito das faturas em receção e conferência, conta corrente e investimento, ocorrendo num contexto muito particular, como foi o ano de 2020, face á dinâmica imposta em 2021.

De constatar que, foi contratado em 2020 um financiamento para despesas destinadas ao combate a pandemia da doença Covid-19 no total de 10.000,00 m€, junto da C.G.D, cuja primeira utilização ocorreu neste terceiro trimestre, logrando de um capital utilizado de 1.421,9 m€, excecionado para efeitos do cálculo do limite da dívida.

Do mesmo modo, do endividamento total registado até 30/09/2021, 31.030,1 m€ não contam para os limites de endividamento, representando cerca de 33,33 % daquele.

Ilustra-se de seguida, quadro referente ao endividamento discriminado por ano e tipologia, permitindo uma melhor perceção do enquadramento efetuado anteriormente.

### ***Endividamento***

<b>Descrição</b>	<b>30/09/2020</b>	<b>30/09/2021</b>
<b>Dívida de MLP</b>	<b>81 750,30</b>	<b>71 938,35</b>
Empréstimos	75 522,80	66 114,58
Fornecedores e Outros Credores	6 227,50	5 823,77
<b>Dívida de CP</b>	<b>9 217,32</b>	<b>19 412,58</b>
Fornecedores e Outros Credores	9 217,32	19 412,58
<b>Dívida de MLP Exigível a CP</b>	<b>3 399,25</b>	<b>1 741,46</b>
Empréstimos	3 003,74	1 345,96
Fornecedores e Outros Credores	395,50	395,50
<b>Endividamento Total</b>	<b>94 366,87</b>	<b>93 092,40</b>

milhares de euros

## Execução Orçamental da Receita

Até ao terceiro trimestre, o orçamento do Município para o exercício de 2021 apresenta uma dotação total de receita cobrada de 140.750,8 m€, registando como receitas correntes o

montante de 104.095,4 m€ e receitas de capital cerca de 17.204,1 m€, ao qual acresce um saldo da gerência anterior de 19.153,3 m€<sup>1</sup>.

Por sua vez, no exercício de 2020, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 130.853,0 m€, registando nas receitas correntes um montante de 92.399,8 m€ e nas de capital 10.151,5 m€, acrescentando o saldo de gerência anterior de 28.255,9 m€.

O quadro seguinte reflete a execução da receita até ao terceiro trimestre de 2021, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo:

**RECEITA - 3º trimestre 2021/2020**

C. Econ	Descrição	3º trimestre 2020		3º trimestre 2021		Difª Cobrança 2021/2020	Taxa de Execução %	
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>137 048,17</b>	<b>92 399,80</b>	<b>140 325,87</b>	<b>104 095,38</b>	<b>11 695,58</b>	67,42%	74,18%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	83 378,86	56 858,69	84 084,27	63 496,83	6 638,14	68,19%	75,52%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	6 526,97	1 200,13	3 865,30	2 917,56	1 717,43	18,39%	75,48%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	6 141,22	4 626,86	5 536,70	7 021,08	2 394,22	75,34%	126,81%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36 416,64	27 972,62	43 254,43	28 698,54	725,92	76,81%	66,35%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4 277,22	1 581,04	3 301,27	1 764,91	183,87	36,96%	53,46%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	307,26	160,46	283,90	196,46	36,00	52,22%	69,20%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>61 047,37</b>	<b>10 151,47</b>	<b>98 654,39</b>	<b>17 204,14</b>	<b>7 052,67</b>	16,63%	17,44%
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1 293,83	139,23	372,78	286,10	146,87	10,76%	76,75%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31 112,92	5 633,85	42 714,54	7 165,14	1 531,29	18,11%	16,77%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	15 631,17	229,41	20 638,02	0,00	-229,41	1,47%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	11 943,59	3 888,16	33 997,79	9 609,84	5 721,68	32,55%	28,27%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 065,86	260,82	931,26	143,06	-117,76	24,47%	15,36%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>28 340,83</b>	<b>28 301,74</b>	<b>19 244,13</b>	<b>19 451,30</b>	<b>-8 850,44</b>	99,86%	101,08%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	84,92	45,83	90,87	298,04	252,21	53,97%	327,99%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	28 255,91	28 255,91	19 153,26	19 153,26	-9 102,65	100,00%	100,00%
<b>TOTAL</b>		<b>226 436,37</b>	<b>130 853,01</b>	<b>258 224,39</b>	<b>140 750,82</b>	<b>9 897,81</b>	57,79%	54,51%

milhares de euros

Por consulta do quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva entre 2020/2021, com acréscimos registados em ambas as vertentes da receita corrente e de capital, em cerca de 11.695,6 m€ e de 7.052,7 m€, respetivamente, mais do que compensando a quebra registada no saldo transitado (-9.102,6 m€), alvejando um resultado final sobejamente positivo de 9.897,8 m€, destacando-se os aspetos vertidos nos parágrafos seguintes.

Quanto à receita arrecadada corrente, que ascendeu a cerca de 104.095,4 m€ até ao terceiro trimestre de 2021, contra 92.399,8 m€ em período homólogo, verifica-se que este comportamento crescente e transversal a todas as suas componente, advém essencialmente, por um lado, dos inputs dos Impostos Diretos na ordem dos 6.638,1 m€, acompanhando o comportamento idêntico verificado já no segundo trimestre (+3.781,5 m€), preconizado agora quase na sua íntegra pelo reforço do IMT (+6.248,4 m€) que superou face a 2020, a receita arrecadada entre os meses de março e setembro de 2021, e por outro lado, das Taxas, Multas e

<sup>1</sup> Saldo da Gerência Anterior apurado com base na Receita Cobrada Líquida

Outras penalidades (+1.717,4 m€) com particular destaque para as taxas específicas das autarquias locais, que mais do que duplicaram em igual período homólogo (+1.316,4 m€), nomeadamente a de ocupação de via pública que registou um montante de 1.679,7 m€ em 2021, face a 102,4 m€ em 2020, advindo basicamente do pagamento das licenças de Ocupação do Espaço Solo e Subsolo – Empresas, dos anos de 2020 (636,9 M€) e de 2021 (732,8 M€), da empresa REN PORTGÁS DISTRIBUIÇÃO, S.A. totalizando um valor de 1.369,6 m€ e do pagamento de taxas de ocupação de via pública inerente à empreitada de expansão da linha amarela do metro que somou 152,5 m€, acrescendo ainda, as receitas provenientes das coimas e penalidades por contraordenação que registaram um acréscimo de 395,8 m€ face ao ano anterior, consubstanciando-se em 568,4 m€ contra 172,7 m€ em 2020.

O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela Autoridade Tributária.

Assim, em 2021, as transferências mensais referentes à derrama mostraram um comportamento divergente de 2020, não sendo alheio a redução da taxa da derrama em 0,25% para volume de negócio com valores até e superior a 150 mil euros, procurando-se minimizar as dificuldades associadas ao período excecional vivido, refletido nos seguintes valores:

Distribuição mensal da Derrama 2020/2021									
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
2020	151,48	226,14	0,00	0,00	17,30	13,93	0,00	4 049,50	2 183,20
2021	52,36	69,36	86,37	77,29	224,18	23,10	172,13	3 570,23	155,40

milhares de euros

Ainda no que concerne às receitas correntes, verifica-se igualmente um acréscimo nas transferências correntes (+725,9 m€), justificado essencialmente, pelo avolumar da receita proveniente dos fundos municipais (+1.318,5 m€) via FEF (+898,2 m€) e participação variável no IRS (+1.005,2 m€) em 2021.

Apresentando as receitas de capital um comportamento semelhante ao da sua congénere corrente, aquelas registaram um valor de 17.204,1 m€ até ao terceiro trimestre do corrente ano, comparativamente com os 10.151,5 m€ registado em 2020.

Embora se constate na receita de capital, a ocorrência de um crescendo generalizado em quase todas as suas componentes, comparativamente ao período homólogo, verifica-se que, a rubrica que tem vindo a assumir maior expressão continua a ser os passivos financeiros, com um registo

de 9.609,8 m€ contra o mesmo valor já registado durante o segundo trimestre de 2020 de 3.888,16 m€, aumentando apenas o diferencial de 4.099,8 m€ valor para 5.721,68 m€, cuja principal razão subjacente prendeu-se com a libertação da 1ª tranche do empréstimo de médio e longo prazo no âmbito do financiamento de despesas destinadas ao combate da pandemia da doença covid-19 de 1.421,9 m€, junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A, para além da libertação da 1ª e 2ª tranches do empréstimo de curto prazo junto do Banco BPI, S.A no decorrer já do segundo trimestre no valor total de 6.500,0 m€ visando ocorrer a despesas/necessidades de tesouraria não permanentes.

Da análise suprarreferida, ressalta que até ao 3º Trimestre de 2021, a taxa de execução das receitas correntes ascendeu a 74,18%, registando uma evolução positiva de 6,76% face a 2020, preconizado pelo bom desempenho dos impostos diretos e taxas, multas e outras penalidades, e as receitas de capital, que apresentam uma taxa de execução de 17,44%, registando igualmente um acréscimo ligeiro de 0,81% face ao período homologo.

A taxa de execução da receita total até ao 3º trimestre de 2021 foi, assim, de 54,51% face aos 57,79% atingido em 2020.

Analisada a evolução da receita total do 3º trimestre face ao trimestre anterior, é pertinente salientar que em 2021, registou-se uma variação positiva de 43,84%, contra 35,44% registado no período homologo do ano 2020.

## Execução Orçamental da Despesa

A despesa total registou, até ao 3º trimestre de 2021, e em comparação com período homologo, um ligeiro agravamento de 10.983,9 m€. Na base deste aumento destaca-se o incremento na vertente da despesa de capital, em 12.856,8 m€, por oposição da contração verificada na despesa corrente de 1.872,9 m€.

Assim, como se pode constatar no quadro seguinte, as despesas correntes materializaram-se no período em estudo em 70.890,8 m€, comparativamente com o valor de 72.763,7 m€ em igual período de 2020, tendo as despesas de capital atingido 44.920,2 m€ face aos 32.063,4 m€ respetivamente.



DESPESA - 3º trimestre 2021/2020

C.Econ.	Descrição	3º trimestre 2020		3º trimestre 2021		Difª 2021/2020 Despesa Paga	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2020	2021
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>131 781,28</b>	<b>72 763,72</b>	<b>134 392,55</b>	<b>70 890,82</b>	<b>-1 872,90</b>	55,22%	52,75%
01	DESPESAS COM O PESSOAL	46 438,21	31 457,52	47 134,07	33 236,80	1 779,28	67,74%	70,52%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	57 360,91	24 909,41	56 768,96	21 484,20	-3 425,21	43,43%	37,84%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 170,71	815,40	828,38	552,56	-262,84	69,65%	66,70%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8 823,81	5 476,49	14 021,97	7 602,61	2 126,12	62,06%	54,22%
05	SUBSÍDIOS	13 389,00	6 752,72	12 121,81	5 616,93	-1 135,79	50,43%	46,34%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 598,64	3 352,18	3 517,36	2 397,72	-954,46	72,90%	68,17%
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>94 655,08</b>	<b>32 063,40</b>	<b>123 831,83</b>	<b>44 920,19</b>	<b>12 856,79</b>	33,87%	36,28%
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	63 225,00	15 135,28	94 387,13	25 116,41	9 981,13	23,94%	26,61%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 491,37	5 173,70	8 079,81	5 157,10	-16,60	60,93%	63,83%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	258,90	248,61	0,30	0,00	-248,61	96,03%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	22 454,80	11 465,81	20 857,38	14 339,87	2 874,06	51,06%	68,75%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	225,01	40,00	507,21	306,81	266,81	17,78%	60,49%
	<b>TOTAL</b>	<b>226 436,36</b>	<b>104 827,12</b>	<b>258 224,38</b>	<b>115 811,01</b>	<b>10 983,89</b>	46,29%	44,85%

milhares de euros

Mediante uma apreciação similar ao anteriormente realizado na receita, e por observação do quadro supra indicado, destaca-se nas despesas correntes pagas, por um lado, um desagravamento na aquisição de bens e serviços (-3.425,21 m€), refletido essencialmente na vertente de aquisição de bens (-1.924,2 m€) adstrito às despesas tidas com vestuário e artigos pessoais, subjacentes á pandemia por doença covid-19, a qual somou em 2020, um total de 2.348,9 m€ contra os 223,0 m€ em 2021, apar da contração das despesas com aquisição de serviços (-1.501,0 m€) subjacente a encargos de instalações (-3.001,2 m€), essencialmente com consumos de energia, cuja justificação do diferencial no montante referido, resulta de um conjunto de faturação que se encontra em regularização fruto da mudança de contrato ocorrida em finais de 2020 para a entidade ENDESA ENERGIA, S.A. e por outro lado, um diferencial traduzido na diminuição nos subsídios (-1.135,8 m€) vertido essencialmente, pelo facto, do pagamento pontual realizado em setembro de 2020 no valor de 4.621,1 m€, referente ao contrato programa de comparticipação de despesas na gestão do sistema de resíduos sólidos e limpeza urbana com as Aguas de Gaia EM, SA.

Por oposição regista-se um aumento de gastos com as despesas inerentes a transferências correntes (+2.126,1 m€), comparativamente com igual período homologo, fundamentado pelo maior volume de transferências para as famílias (+1.216,6 m€) traduzido por despesas relacionadas com o Programa Gaia+inclusiva – eixo de apoio á habitação e ao arrendamento, somando em 2021 um montante de 1.507,8 m€ contra 291,2 m€ em 2020.

Pela sua relevância, as despesas com pessoal totalizaram 33.236,8 m€ nestes primeiros nove meses de 2021, tendo representado 28,70% do total da despesa executada, evidenciando um registo ligeiramente inferior a 2020, com um percentual de 30,00%. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 23.299,7 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 70,10% face a 69,18%, em igual período homologo.

Na vertente da despesa de capital, as rubricas que demonstraram maior expressividade continuam a ser a aquisição de bens de capital, cifrando-se em 25.116,4 m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 14.339,87 m€, e por fim as transferências de capital com cerca de 5.157,1 m€, verificando-se um agravamento naquela vertente na ordem dos 12.856,8 m€ face ao período análogo de 2020, imputado essencialmente, pelo reforço nas despesas de aquisição de bens de capital (+9.981,13 m€) com principal impacto no investimento em edifícios (+5.774,0 m€) no âmbito das Instalações de serviços, que apresentou um volume de despesa de 2.068,4 m€ face a 287,5 m€ realizado em 2020, materializado num conjunto de investimentos, nomeadamente, com a construção do centro de inclusão social de Avintes (850,9 m€) no âmbito de acordo quadro, reabilitação da biblioteca municipal (595,1 m€) e com o imóvel casa da presidência (408,00 m€), bem como ainda, o investimento no âmbito das escolas, que somaram 3.606,9 m€ contra 1.775,4 m€ do ano anterior, retratado essencialmente em obras de reabilitação nas escolas do ensino básico, por acordo quadro (1.332,4 m€) e por fim, investimento no âmbito dos mercados e instalação de fiscalização sanitária, de um montante de 1.383,5 m€ relativo a encargos com Reabilitação da Feira dos Carvalhos.

No que concerne ao agravamento na rubrica de passivos financeiros (+2.874,0 m€ m€), prendeu-se com o pagamento da amortização de empréstimo de curto prazo junto do BPI, S.A no montante de 3.000,0 m€.

Para finalizar, resta referir que nestes nove meses de 2021, as taxas de execução da despesa corrente e de capital ascenderam a 52,75% e 36,28%, respetivamente, semelhantes às observadas em período homólogo de 2020, de 55,22% e 33,87%.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que até ao 3º trimestre de 2021 a taxa de execução perfez 44,85%, comparativamente com os 46,29% atingidos em igual período de 2020.

## Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Nestes termos, e como se poderá verificar no quadro infra, no final do 3º trimestre de 2021, o Município mantém cumprimento da regra de equilíbrio orçamental prevista no RFALEI:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		31/12/2020	ORÇAMENTO INICIAL	30/09/2021 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controle da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	133 344,66	140 325,87	153 124,21
	B - Despesas correntes	104 488,94	121 594,21	134 392,56
	C - Saldo corrente (A-B)	28 855,72	18 731,65	18 731,65
	D - Amortização média dos EMLP	13 672,58	13 650,74	13 927,30
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	15 183,14	5 080,92	4 804,35
	F - Percentagem [A/(B+D)]	112,8%	103,8%	103,2%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 30/09/2021 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente

(milhares de €)

## Alterações Orçamentais

Até 30/09/2021, realizaram-se 40 alterações orçamentais, das quais, 12 ocorreram no último trimestre.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 IMPOSTOS DIRETOS	84 084,27 €	0,00 €	0,00 €	84 084,27 €
02 IMPOSTOS INDIRETOS				
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3 865,30 €	0,00 €	0,00 €	3 865,30 €
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	5 536,70 €	0,00 €	0,00 €	5 536,70 €
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43 254,43 €	0,00 €	0,00 €	43 254,43 €
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3 301,27 €	0,00 €	0,00 €	3 301,27 €
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	283,90 €	0,00 €	0,00 €	283,90 €
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	372,78 €	0,00 €	0,00 €	372,78 €
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42 617,64 €	96,91 €	0,00 €	42 714,54 €
11 ATIVOS FINANCEIROS	20 638,02 €	0,00 €	0,00 €	20 638,02 €
12 PASSIVOS FINANCEIROS	26 548,53 €	7 500,00 €	50,74 €	33 997,79 €
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	931,26 €	0,00 €	0,00 €	931,26 €
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	90,87 €	0,00 €	0,00 €	90,87 €
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00 €	19 153,26 €	0,00 €	19 153,26 €
<b>Totais</b>	<b>231 524,96</b>	<b>26 750,17</b>	<b>50,74</b>	<b>258 224,39</b>

(milhares de euros)

Das alterações orçamentais verificadas na Receita e expressas no quadro acima, apenas o aumento de 96,91 milhares de euros de Transferências de Capital ocorreu neste 3º trimestre, resultado da inclusão de duas candidaturas relativas ao financiamento ao Apoio à Requalificação dos Centros de Recuperação da Fauna - Município de Vila Nova de Gaia e o Fundo Ambiental.

DOTAÇÕES DA DESPESA				
CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 DESPESAS COM O PESSOAL	42 031,61	11 811,97	6 709,50	47 134,08
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	52 609,15	11 264,41	7 104,60	56 768,96
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 013,62	119,96	305,20	828,38
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9 830,08	7 109,09	2 917,20	14 021,97
05 SUBSÍDIOS	13 417,84	498,37	1 794,40	12 121,81
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2 691,91	841,45	16,00	3 517,36
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	87 708,90	20 131,73	13 453,50	94 387,13
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7 182,36	1 477,85	580,40	8 079,81
09 ATIVOS FINANCEIROS	0,30	0,00	0,00	0,30
10 PASSIVOS FINANCEIROS	13 531,98	8 043,40	718,00	20 857,38
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1 507,21	500,00	1 500,00	507,21
<b>Totais</b>	<b>231 524,96</b>	<b>61 798,23</b>	<b>35 098,80</b>	<b>258 224,39</b>

(milhares de euros)

Do lado da Despesa, entre inscrições/reforços e diminuições/anulações, a conta de Passivos Financeiros foi a que, em termos líquidos, registou a maior variação no sentido de novas inscrições/reforços: mais 7.325,4 m€ acrescidos à dotação inicial; seguida da conta de Aquisição de Bens de Capital: mais 6.678,2 m€ acrescidos à dotação inicial.

## Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais registados até ao final do 3º semestre de 2021 ascenderam a 95.262,1 m€, o que representa um acréscimo de 9% em relação a 2020.

A sua decomposição foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2020		30/09/2021		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
6	<b>GASTOS</b>	<b>87 526,83</b>	<b>100%</b>	<b>95 262,07</b>	<b>100%</b>	<b>7 735,24</b>	<b>9%</b>
60	Transferências e subsídios concedidos	17 468,85	20%	22 448,43	24%	4 979,58	29%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 381,77	2%	1 713,52	2%	331,75	24%
62	Fornecimentos e serviços externos	21 982,57	25%	21 651,57	23%	-331,00	-2%
63	Gastos com o pessoal	28 879,68	33%	27 312,63	29%	-1 567,05	-5%
64	Gastos de depreciação e de amortização	13 322,29	15%	17 947,28	19%	4 624,99	35%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
68	Outros gastos	3 865,40	4%	3 774,38	4%	-91,02	-2%
69	Gastos por juros e outros encargos	626,26	1%	414,25	0%	-212,01	-34%

(milhares de euros)

Os gastos mais significativos continuam a ser os Gastos com o Pessoal (representam 29% do total de Gastos), seguido das Transferências e Subsídios Concedidos (24%), e dos Fornecimentos e Serviços Externos (23%).

Relativamente aos Gastos com o Pessoal, a variação face ao mesmo período de 2020 é de -5,0% (27.312,6 m€ em 2021, face aos 28.879,7 m€ de 2020). Esta variação resulta do facto da retificação do acréscimo de gastos relativo ao subsídio de férias ter ocorrido em momentos diferentes em 2020 (apenas no final do ano) e em 2021 (no mês de agosto). Caso esta retificação tivesse acontecido no mesmo período, o resultado seria um aumento dos Gastos com o Pessoal, no final 3º trimestre de 2021, na ordem dos 0,67%, face a igual período de 2020.

Já no que concerne às Transferências e Subsídios Concedidos, em termos gerais, verifica-se um aumento significativo, quando comparado com o período homólogo (mais 29% face a 2020).

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2020		30/09/2021		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>60</b>	<b>Transferências e subsídios concedidos</b>	<b>17 468 854,74</b>	<b>100%</b>	<b>22 448 432,94</b>	<b>100%</b>	<b>4 979 578,20</b>	<b>29%</b>
<b>60.1</b>	<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>6 962 565,56</b>	<b>40%</b>	<b>8 218 899,01</b>	<b>37%</b>	<b>1 256 333,45</b>	<b>18%</b>
	Estado	299,11	0%	0,00	0%	-299,11	-
	Freguesias	1 931 347,05	11%	1 333 249,02	6%	-598 098,03	-31%
	Famílias	296 678,17	2%	1 265 413,26	6%	968 735,09	327%
	Sociedades e quase sociedades não financeiras	199 572,05	1%	1 007 982,24	4%	808 410,19	405%
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	25 000,00	0%	232 500,00	1%	207 500,00	830%
	Outros	4 509 669,18	26%	4 379 754,49	20%	-129 914,69	-3%
<b>60.2</b>	<b>Subsídios correntes concedidos</b>	<b>4 621 134,79</b>	<b>26%</b>	<b>9 191 513,05</b>	<b>41%</b>	<b>4 570 378,26</b>	<b>99%</b>
	Águas de Gaia, E.M., SA	4 621 134,79	26%	6 191 513,05	28%	1 570 378,26	34%
	Gaiurb, EM	0,00	0%	3 000 000,00	13%	3 000 000,00	-
	Outras	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
<b>60.4</b>	<b>Transferências de capital concedidas</b>	<b>5 885 154,39</b>	<b>34%</b>	<b>5 038 020,88</b>	<b>22%</b>	<b>-847 133,51</b>	<b>-14%</b>
	Administração Central	0,00	0%	1 500 000,00	7%	1 500 000,00	-
	Freguesias	4 064 725,59	23%	2 355 980,78	10%	-1 708 744,81	-42%
	Instituições sem Fins Lucrativos	1 820 428,80	10%	1 182 040,10	5%	-638 388,70	-35%

Os Subsídios correntes representam, no final do 3º trimestre de 2021, a parcela com maior peso relativo no total da rubrica de Transferências e Subsídios Concedidos (41%), tendo registado uma variação de 99% face ao mesmo período de 2020. Contudo, esta variação é motivada pelo seguinte:

- Embora o Contrato-Programa estabelecido com as Águas de Gaia, EM, S.A., nestes dois anos em análise, ter por base o mesmo valor, em 2020 foi contabilizado em duodécimos e neste ano de 2021, o seu registo contabilístico foi feito pela totalidade do valor contratado;
- O subsídio concedido à Gaiurb, no âmbito do Contrato-Programa ter ocorrido em momentos diferentes em cada um dos anos (em 2020, foi atribuído/contabilizado apenas no último trimestre);

Ou seja, anuladas estas diferenças, motivadas pela contabilização de verbas em diferentes momentos, a variação do montante de Subsídios correntes concedidos é de apenas mais 0,3 m€, face a igual período de 2020.

Por conseguinte, as Transferências Correntes continuam a ter a parcela maior (37% do total das Transferências e Subsídios). Aqui, há a destacar as transferências concedidas a “Outros”, que totalizaram 4.379,8 m€ e tiveram uma diminuição de 3% face ao mesmo período de 2020. Este valor engloba o “Fundo de Emergência COVID-19”, que visa o apoio a associações e instituições locais no combate aos efeitos da pandemia a vários níveis (sociais, culturais, desportivos), no valor de 1.066,7 m€.

Também as transferências correntes para Famílias, Sociedades e quase sociedades não financeiras e para o CCD registaram aumentos significativos de 968 m€, 808 m€ e 207 m€, respetivamente, face a 2020. Esta evolução foi fruto do reforço do Programa Gaia+Inclusiva de apoio ao arrendamento e do Programa “Gaia Cuidadora” – apoio aos cuidadores informais, no caso das transferências correntes para Famílias; pela compensação financeira devida aos STCP pelo cumprimento da obrigação de serviço público; e, no caso das transferências para o CCD, pelos acordos de cooperação para apoio às atividades desenvolvidas na quadra da Páscoa de 2021 e gestão das cantinas e bares.

As Transferências de Capital recuaram 14% face ao mesmo período de 2020 (de 5.885 m€ para 5.038 m€).

De novo, verifica-se que o valor decorrente dos Acordos de Execução de Transferência para as Juntas de Freguesia é o mesmo em 2020 e 2021, apenas diferindo o momento da sua contabilização. Relativamente às Transferências de Capital decorrentes do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e as diversas Juntas de Freguesia, registam uma diminuição face ao ano anterior (de 1.619,7 m€ em 2020, para 287,6 m€ em 2021). O mesmo se verifica para as Transferências de Capital concedidas a Instituições sem Fins Lucrativas que diminuiu 638,39 m€, face a 2020.

Relativamente aos Fornecimentos e Serviços Externos (F.S.E.), estes registaram ligeiro decréscimo de 331 m€ face ao igual período de 2020.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2020		30/09/2021		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>62</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>21 982,57</b>	<b>100%</b>	<b>21 651,57</b>	<b>100%</b>	<b>-331,00</b>	<b>-2%</b>
62.1	Subcontratos e parcerias	1 866,65	8%	2 615,62	12%	748,97	40%
62.2.1.2	Projetos e serviços de informática	0,00	0%	53,26	0%	53,26	3%
62.2.1.3	Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	20,93	0%	14,64	0%	-6,29	0%
62.2.1.6	Organização de eventos	154,10	1%	574,66	3%	420,56	23%
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	1 840,39	8%	2 106,61	10%	266,22	14%
62.2.2	Publicidade, comunicação e imagem	179,88	1%	227,88	1%	48,00	3%
62.2.3	Vigilância e segurança	1 072,09	5%	1 403,44	6%	331,35	18%
62.2.4	Honorários	201,41	1%	223,78	1%	22,37	1%
62.2.5	Comissões	1 164,37	5%	1 340,28	6%	175,92	9%
62.2.6	Conservação e reparação	1 256,18	6%	1 915,80	9%	659,62	35%
62.3.1	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0%	0,09	0%	0,09	0%
62.3.2	Livros e documentação técnica	22,61	0%	35,46	0%	12,85	1%
62.3.3	Material de escritório	0,63	0%	1,06	0%	0,43	0%
62.3.4	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	128,63	1%	369,53	2%	240,90	13%
62.3.5	Material de educação, cultura e recreio	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
62.3.7	Medicamentos e artigos para a saúde	89,13	0%	88,95	0%	-0,18	0%
62.3.8	Produtos químicos e de laboratórios	495,86	2%	0,00	0%	-495,86	-27%
62.3.9	Outros materiais diversos de consumo	0,00	0%	227,78	1%	227,78	12%
62.4.1.1	Iluminação Pública	2 188,34	10%	2 266,49	10%	78,15	4%
62.4.1.2	Instalações Municipais	1 287,48	6%	468,36	2%	-819,12	-44%
62.4.2	Combustíveis e lubrificantes	293,66	1%	232,35	1%	-61,31	-3%
62.4.3	Água	129,02	1%	134,61	1%	5,59	0%
62.4.9	Outros	175,89	1%	86,36	0%	-89,53	-5%
62.5	Deslocações, estadas e transportes	52,94	0%	43,27	0%	-9,67	-1%
62.6.1	Rendas e alugueres	2 694,81	12%	2 812,18	13%	117,37	6%
62.6.2	Comunicação	167,49	1%	262,40	1%	94,91	5%
62.6.3	Seguros	487,84	2%	502,42	2%	14,58	1%
62.6.5	Contencioso e notariado	18,58	0%	265,70	1%	247,12	13%
62.6.6	Despesas de representação dos serviços	71,77	0%	52,65	0%	-19,13	-1%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	433,25	2%	294,06	1%	-139,20	-7%
62.6.9	Outros serviços	5 488,62	25%	3 031,86	14%	-2 456,76	-132%

(milhares de euros)

As suas rubricas mais importantes:

- Outros Serviços: representa 14% do total de F.S.E. e engloba projetos como o cheque oferta para compra de material escolar, o projeto de apoio a alunos através de equipas multidisciplinares Gaia+Sucesso, a aquisição de serviços de análises e testes COVID. Esta rubrica teve uma redução na ordem dos 2.456,7 m€ face ao período homólogo de 2020, fruto da requalificação e modernização das instalações da EB Valadares, cujos gastos (2.353,8 m€) – incorridos no ano passado, foram aqui vertidos;
- Rendas e alugueres, com um peso de 13% e aumento de 117,4 m€ face ao mesmo período de 2020,
- Subcontratos e parcerias, que engloba os gastos relativos aos transportes escolares e refeições escolares, com um peso de 12% no total dos F.S.E. e um aumento de 748,9 m€ face ao mesmo período de 2020, e
- Iluminação pública e Outros Trabalhos Especializados, com um peso de 10% cada uma, no total da rubrica.



## Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos no final do 3º trimestre de 2021 totalizaram 76.192,9 m€, apresentando uma diminuição de 10%, face ao período homólogo.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2020		30/09/2021		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>7</b>	<b>RENDIMENTOS</b>	<b>84 593,72</b>	<b>100%</b>	<b>76 192,91</b>	<b>100%</b>	<b>-8 400,81</b>	<b>-10%</b>
70	Impostos, contribuições e taxas	52 043,36	62%	42 313,04	56%	-9 730,32	-19%
71	Vendas	0,00	0%	0,08	0%	0,08	0%
72	Prestações de serviços e concessões	1 385,17	2%	1 402,67	2%	17,50	1%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	26 585,60	31%	27 784,79	36%	1 199,18	5%
76	Reversões	0,00	0%	316,50	0%	316,50	0%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
78	Outros rendimentos	4 531,15	5%	4 330,21	6%	-200,94	-4%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	48,44	0%	45,62	0%	-2,81	-6%

(milhares de euros)

As fontes de receita com maior peso no total de rendimentos são, como habitual, os Impostos, Contribuições e Taxas (56%) e as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos (36%).

A rubrica de Impostos e Taxas registou uma variação negativa de 19% (menos 9.730,3 m€ do que no período homólogo), sendo a evolução dos valores registados por cada tipo de impostos a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2020		30/09/2021		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>70</b>	<b>Impostos, contribuições e taxas</b>	<b>52 043,36</b>	<b>100%</b>	<b>42 313,04</b>	<b>100%</b>	<b>-9 730,32</b>	<b>-19%</b>
<b>70.1</b>	<b>Impostos diretos</b>	<b>37 763,12</b>	<b>73%</b>	<b>17 734,18</b>	<b>42%</b>	<b>-20 028,94</b>	<b>-53%</b>
	Derrama	4 458,34	9%	3 742,36	9%	-715,98	-16%
	Imposto municipal sobre imóveis	27 083,48	52%	7 740,40	18%	-19 343,08	-71%
	Imposto único de circulação	6 194,49	12%	6 216,08	15%	21,59	0%
	Contribuição Autárquica (CA)	26,81	0%	35,35	0%	8,54	32%
<b>70.2</b>	<b>Impostos indiretos</b>	<b>12 914,22</b>	<b>25%</b>	<b>20 399,04</b>	<b>48%</b>	<b>7 484,82</b>	<b>58%</b>
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	12 914,22	25%	20 399,04	48%	7 484,82	58%
<b>70.4</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>1 366,02</b>	<b>3%</b>	<b>4 179,83</b>	<b>10%</b>	<b>2 813,80</b>	<b>206%</b>
	Taxas específicas das autarquias locais	1 192,68	2%	3 696,18	9%	2 503,50	210%
	Multas e outras penalidades	173,34	0%	483,64	1%	310,30	179%

(milhares de euros)

- o IMI é, por norma, o imposto com maior expressão. Contudo, a comparabilidade desta rubrica com o valor do período homólogo não é possível, porque, em 2021 (e seguindo recomendações dos Auditores), foi efetuada a retificação parcial do acréscimo de rendimento de IMI referente a 2020, cobrado de janeiro a junho de 2021 (em 2020, esta retificação foi feita, na totalidade, no final do ano);
- Segue-se o IMT, que totalizou 20.399,0 m€ (mais 7.484,8 m€ do que no mesmo período do ano anterior, o que significou um aumento de 58%);
- o IUC, com 6.216,1 m€, teve um crescimento de 21,6 m€ em relação ao mesmo período de 2020;



As Transferências e Subsídios obtidos, nestes primeiros nove meses do ano 2021, registaram um ligeiro aumento de 5%, que resultou em mais 1.199,2 m€ recebidos, face a igual período de 2020.

Na Prestação de Serviços e Concessões verificou-se um ligeiro aumento de rendimentos (1%) face ao mesmo período de 2020, em virtude do reativar gradual da atividade dos equipamentos municipais (após longo período de encerramento por imposição das restrições impostas pela Pandemia COVID19).

## Análise das rubricas de Investimento

Os Investimentos no 3º trimestre de 2021, face ao período homólogo, registaram um aumento de 4%, como se pode verificar no quadro abaixo:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/09/2020		30/09/2021		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	915 785,30	100%	950 755,24	100%	34 969,94	4%
41	Investimentos financeiros	108 262,91	12%	148 265,45	16%	40 002,54	37%
42	Propriedades de investimento	8 660,01	1%	17 299,00	2%	8 638,99	100%
43	Ativos fixos tangíveis	765 370,39	84%	727 896,17	77%	-37 474,22	-5%
44	Ativos intangíveis	743,13	0%	1 090,56	0%	347,43	47%
45	Investimentos em curso	32 748,86	4%	56 204,06	6%	23 455,19	72%

(milhares de euros)

As variações verificadas ao nível dos Investimentos Financeiras resultam dos ajustamentos efetuados, no final do ano de 2020, pelo Método de Equivalência Patrimonial.

De referir, ainda, a contabilização ao método do custo da participação nos STCP, no valor de 38.778,5 m€.

Ao nível das Propriedades de Investimento, as variações verificadas entre os períodos analisados resultam da revogação do direito de superfície com a Pampilar (-422,1 m€) e da reclassificação no âmbito da análise de alguns contratos de arrendamento (+9.062,9 m€).

Os Ativos Intangíveis registaram um acréscimo de 347,43 m€ decorrente da rubrica de Programas de Computador e Sistemas de Informação.

Sobretudo, decorrente do aumento da rubrica de Edifícios e Outras Construções (+22.773,3 m€) dos Investimentos em Curso, estes tiveram um incremento de 23.455,2 m€ face ao mesmo período de 2020, dos quais podemos referir a reabilitação energética de diversos edifícios (3.106,8 m€), a reabilitação da Feira dos Carvalhos (1.971,8 m€) ou a manutenção e reabilitação de pavimentos betuminosos (1.201,8 m€).

O Município tem vindo a aumentar a sua capacidade financeira global para solver a totalidade dos seus compromissos.

O rácio da solvabilidade apresenta uma subida no 3º trimestre de 2021 face ao mesmo período de 2020. Esta evolução é motivada pelo aumento do Património Líquido (de 860.127,4 m€ para 877.350,8 m€) e reforçada pela diminuição do Passivo Total (de 153.994,2 m€ para 149.686,0 m€).

Já ao nível da Liquidez, regista-se o valor de 97%, menor que os 165% registados em mesmo período de 2020. O recuo deste indicador foi motivado pelo efeito conjunto da diminuição das Disponibilidades (de 32.340,6 m€ em 2020, para 29.411,3 m€ em 2021) e do aumento do Passivo Corrente (de 19.606,8 m€ em 2020, para 30.361,3 m€ em 2021).

INDICADORES	30/09/2020	30/09/2021
Ativo Corrente / Ativo Total	9%	7%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	15%	25%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	85%	85%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	165%	97%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	559%	586%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	15%	15%
Investimentos / Ativo Corrente	961%	1254%
Investimentos / Ativo Total	90%	93%

O rácio Passivos Correntes vs. Passivo Não Corrente passou de 15% para 25%. Esta evolução é justificada tanto pelo aumento do numerador (o Passivo Corrente passou de 19.606,8 m€ em 30/09/2020, para 30.361,3 m€ em 30/09/2021), como pela diminuição do denominador (o Passivo Não Corrente era 134.387,5 m€ no 3º trimestre de 2020 e 119.324,8 m€ no mesmo período de 2021).